

# COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar

**FIERGS CIERGS**

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

### Deputados aprovam prorrogação de alíquotas de ICMS

Depois de duas semanas de adiamentos e com muita negociação de bastidores, o Governo do Estado conseguiu aprovar, com 30 votos favoráveis e 25 votos contrários, proposta de diminuição da alíquota geral de ICMS de 18% para o patamar de 17,5% e manteve a taxa sobre telecomunicações, energia e combustíveis em 30% até 2021. A votação, que durou quase oito horas, encerrou o ano legislativo, possibilitando ao Executivo promover as alterações no imposto sobre circulação de mercadorias e serviços já a partir de 1º de janeiro, sem retornar às alíquotas vigentes até 2015.

O Projeto de Lei 246/2020, aprovado por 28 votos favoráveis e 25 contrários, foi protocolado em regime de urgência no início de novembro, com mais 12 matérias. O PL previa inicialmente prorrogação da alíquota geral de 18% em 2021 e de 17%, em 2022, mantendo a alíquota sobre as chamadas “blue chips” em 30% até 2024. Com falta de votos para aprovar esta proposta, a liderança do governo adiou por três vezes a apreciação em plenário e chegou a apresentar duas propostas alternativas, escalonando a redução em ambas as modalidades. A derradeira emenda chegou ao plenário assim que foi iniciada a sessão, mas não conseguiu unificar a base o suficiente para garantir vitória ao Governo.

Sem votos suficientes nas bancadas de apoio, o governo foi em busca do apoio da oposição. Já havia conseguido apoio público da deputada Luciana Genro (PSOL), mas foram os oito votos da bancada do PT que paradoxalmente garantiram a prorrogação das alíquotas do ICMS. Mais do que votos, o partido apresentou uma emenda que acabou sendo o referencial para o Executivo, atendendo ao propósito de manter a maior parte da receita obtida com a arrecadação do ICMS. A emenda manteve outras questões importantes presentes no texto original (confira no final deste CT), mas condicionou a proposta à destinação de recursos orçamentários para garantir compra de vacina contra a Covid-19.

Segundo cálculos do governo, a perda anual poderia chegar a R\$ 2,8 bi, caso houvesse retorno das alíquotas aos patamares de não conseguisse aprovar as alterações até o final de dezembro, o governo teria perda de R\$ 2,8 bi por ano.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS - trabalhou incansavelmente na busca de propostas que conseguissem conciliar o bom funcionamento do ambiente de negócios com a preservação do serviços públicos à população. Chegou a apresentar ao governo e à Assembleia Legislativa proposta de diminuição gradativa das alíquotas em ambas as modalidades, com a preservação das demais propostas positivas constantes no texto original

***O que ficou aprovado:***

- **Alíquota modal: 17,5% até 2021;**
- **Alíquota sobre telecomunicações, energia, álcool, gasolina: 30% até 2021;**
- **Cerveja: 27% até 2023;**
- **Refrigerantes: 20% até 2023;**
- **Redução da alíquota efetiva nas compras internas no Estado para 12% e consequente extinção do DIFAL.**

Confira a planilha de votação do [Projeto de Lei 246/2020](#) e da [emenda](#) apresentada (\*).

(\*) Esclarecemos que as planilhas publicadas no site da Assembleia Legislativa dizem respeito à votação no painel eletrônico, não a totalidade dos votos colhidos no sistema híbrido de votação. A emenda de número 5 recebeu 29 votos favoráveis e 25 contrários, enquanto o PL foi aprovado por 28 votos a 25.

Fonte: Assembleia Legislativa - 22/12/2020

GERÊNCIA TÉCNICA E DE SUPORTE AOS CONSELHOS TEMÁTICOS - GETEC  
Conselho de Articulação Parlamentar - COAP

Coordenador: Cláudio Bier  
Fone: (51) 3347-8674  
E-mail: coap@fiergs.org.br